


Medida de força

Pesquisadores do FGV IBRE pavimentam o caminho para que o país mensure mais e melhor sua produtividade, chave para retomar o crescimento econômico de forma sustentável

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Para a economia brasileira, o ano de 2015 ficou guardado na caixa dos períodos que não se deseja lembrar. A recessão que começou no segundo trimestre de 2014 chegava ao seu auge, levando o PIB para uma contração de 3,5%. A curva de desemprego, que vinha em queda, reverteu sua trajetória para o caminho ascendente que a levou a fechar o período recessivo no dobro do nível que era. E uma paralisia decisória no campo político, fruto das pressões pela abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff – que viria a ocorrer no ano seguinte –, colocava o país em estado de alerta, frente a um quadro fiscal cuja gravidade passava de anunciada a gritante.

Nesse momento, o diagnóstico dos analistas foi claro: sem perspec-



tiva de volta do ciclo de altos preços das principais *commodities* exportadas pelo Brasil, responsável por bombar o PIB em anos anteriores, e com o país se tornando cada vez mais velho, ao se aproximar do fim do bônus demográfico que dinamizou o mercado de trabalho, para retomar a atividade não caberia escolha senão corrigir erros de política e assumir falhas estruturais que minam a produtividade – em outras palavras, o potencial que o país tem de crescer de forma sustentável.

Os analistas que então mergulharam em suas planilhas buscando identificar rotas de ação não só desanimaram com a fotografia daquele ano, em que a produtividade havia caído 2,3%, como chegaram a outra constatação amarga: a de que as estatísticas econômicas de um passado recente altamente celebrado – como uma média de crescimento real do PIB *per capita* de 3,6% ao ano entre 2004 e 2008, e que chegou a 6,5% em 2010 – não teve contrapartida na curva de produtividade. “Todos esses fatores que aumentaram a participação do fator trabalho ou o valor da produção na verdade mascararam o baixo crescimento da produtividade do qual padecemos desde a década de 1980. Em 2015, percebemos que tudo isso tinha acabado, e que esse problema viria à tona”, descreve Fernando Veloso, pesquisador do FGV IBRE.

A partir desse reconhecimento, um grupo de pesquisadores da Economia Aplicada do FGV IBRE liderado por Regis Bonelli (1942-2017), Veloso e Silvia Matos decidiu montar um plano de ação para calibrar e am-

pliar as ferramentas disponíveis para medir a produtividade brasileira. O primeiro passo foi fazer um levantamento do que se tinha a respeito do tema. “Percebemos que, no Brasil, não havia um indicador consensual da produtividade do trabalho. Mesmo com vários pesquisadores dedicados a estudar o crescimento no longo prazo – aqui no IBRE, por exemplo, estavam Samuel Pessôa, Fernando de Holanda Barbosa Filho, eu e Bonelli – eram iniciativas individuais”, descreve Veloso.

Silvia lembra que essa característica dificultava a geração de novos resultados, cruzamentos e atualizações, já que em geral cada pesquisador elaborava sua própria metodologia para medir a produtividade brasileira. “Dessa forma, nosso projeto foi criar um sistema institucionalizado, em que uma equipe definisse uma única metodologia, e que essas informações, tanto quantitativas quanto qualitativas, passassem a ser disponibilizadas de forma estruturada, acessível para consulta e atualização por todos”, diz, descrevendo o que hoje se consolidou no *Observatório da Produtividade* (ver pág. 26). “E, no IBRE, já tínhamos as pessoas que poderiam fazer isso, com conhecimento na análise de dados da atividade econômica, do mercado de trabalho, além da *expertise* de um instituto que é produtor de estatísticas. Isso nos abriu espaço para tornar esse esforço interno de pesquisa algo institucional e perene”, conta Silvia, lembrando ainda da complementaridade desse projeto com o Boletim Macro – pu-

blicação mensal do IBRE com atualização e análise das projeções macroeconômicas, lançado em 2011. “Com a união desses projetos, ganhamos a possibilidade de olhar o curto prazo, projetar o futuro e reconstruir o passado.”

Primeiros passos

Enquanto o caminho das estatísticas ia se pavimentando, os pesquisadores do IBRE passaram a colocar a produtividade como linha prioritária na pesquisa do Instituto. Um dos exemplos dessa diretriz está no livro *Causas e consequências da informalidade no Brasil*, de 2016, que dedica alguns capítulos à análise da relação da composição do trabalho com a produtividade. “Isso foi uma inovação, porque no Brasil em geral a informalidade é vista apenas como um problema do mercado de trabalho. E

a gente buscou analisar o impacto da informalidade na produtividade das empresas, passando a mapear esse tema de forma mais regular”, descreve Veloso, um dos organizadores da obra, destacando a importância do tema no atual momento, em que a retomada do trabalho se dá fora do mercado formal (ver pág. 29).

Outra marca desse esforço foi o lançamento do livro *Anatomia da produtividade no Brasil*, em 2017, cujo trabalho de 22 autores, entre pesquisadores do IBRE e convidados, deixa patente a multidimensionalidade desse tema na economia. Entre os tópicos tratados estão, por exemplo, as características do sistema tributário brasileiro que afetam a produtividade – cujo autor, o diretor do Centro de Cidadania Fiscal Bernard Appy, revisita em entrevista desta edição (ver pág. 12) –; a análise do impacto de

mudanças na legislação trabalhista como a terceirização; as implicações da falta de investimento em infraestrutura; a relação entre escolaridade e mercado de trabalho para a produtividade; bem como a relação entre a revolução digital e o crescimento mundial (ver pág. 44). A obra chegou às livrarias no momento em que uma nova agenda de reformas era posta em marcha pelo presidente Michel Temer – por exemplo, com o fim de subsídios nas taxas de empréstimos do BNDES com a criação da TLP, a criação do teto de gastos, e a proposta de alteração do cadastro positivo para baratear o crédito, sancionada este ano pelo presidente Bolsonaro –, e se tornou obra de referência dentro da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, para o debate de mudanças microeconômicas.

Em crise ou bonança, produtividade patina



Na cozinha da Economia Aplicada, por sua vez, os pesquisadores avançavam no detalhamento das estatísticas de produtividade, a partir de uma base de dados agregada com início em 1980. “A primeira contribuição que buscamos dar foi a de olhar a produtividade do trabalho não apenas pela população ocupada, mas pela dimensão das horas trabalhadas”, conta Veloso, indicando que dessa forma compatibiliza-se a análise brasileira com as melhores práticas mundiais, como as realizadas nos Estados Unidos e Reino Unido. A diferença, afirma, é o refinamento proporcionado por essa análise. “Quando se medem as horas trabalhadas, observam-se variações, por exemplo, à medida que a renda média no país aumenta – quando a tendência é que o número de horas trabalhadas se reduza – bem como em diferentes ciclos econômicos. Ou seja, comparando com a medida a partir da população ocupada, nem sempre esses dois indicadores contam a mesma história”, explica Veloso.

A tarefa seguinte dos pesquisadores foi o desenvolvimento de séries setoriais, analisando a produtividade nos 12 principais grupos de atividade econômica das Contas Nacionais desde 1995. Em termos de resultados, Paulo Peruchetti, pesquisador do FGV IBRE, ressalta que ambos os esforços comprovaram o mesmo resultado frustrante, anteriormente observado, sobre nossa incapacidade de acelerar ganhos de produtividade. Em um exercício em que atualiza o desempenho da produtividade brasileira em comparações internacionais realizadas por Veloso, Bonelli e Armando Castelar no livro

de 2017, Peruchetti ilustra que, apesar de o lento avanço nesse setor ser uma tendência global, especialmente para os países desenvolvidos, o caso brasileiro ainda é mais preocupante. “Se tomarmos o exemplo do setor de serviços – que concentra 70% das horas trabalhadas e da população ocupada do Brasil – veremos que nosso desempenho em serviços modernos, que em geral são os mais produtivos, é inferior ao que vários países têm nos segmentos menos produtivos de serviços, conhecidos como tradicionais”, afirma. Foram as análises realizadas nesse capítulo, acrescenta, que apontaram que o problema da produtividade brasileira é sistêmico – ou seja, não depende apenas de uma realocação de trabalhadores de setores menos produtivos para os mais produtivos, mas de melhorar a produtividade em todas as atividades.

Esse trabalho setorial tem ajudado a refinar a análise na hora de se pensar políticas de incentivo às atividades com maior potencial de ganho de produtividade. Com essa linha de pesquisa, em 2018 o FGV IBRE colaborou com o governo do Ceará, através de um contrato de assistência técnica dentro de um programa patrocinado pelo Banco Mundial (o PforR – Programa para Resultados), para desenvolver uma série longa da produtividade do estado, a partir do início dos anos 2000, decomposta por setores. “Além disso, elaboramos um instrumental que permite aos técnicos do governo atualizar e realizar vários cruzamentos de dados, enriquecendo sua análise”, conta Silvia, ressaltando que essa parceria foi facilitada pelo fato de o Ceará já elaborar o cálculo

Número de vezes em que a produtividade do setor formal é maior que a do informal

Indústria extrativa	17,3
Indústria de transformação	8,6
Serviços industriais de utilidade pública	19,8
Construção civil	4,5
Comércio	4,1
Transporte, armazenagem e correio	4,7
Serviços de informação	4,4
Intermediação financeira	12,8
Outros serviços	2,1
Total	4,1

Fonte: FGV IBRE.



Reação lenta

Produtividade setorial
Brasil e países selecionados

	Agregada	
	2009	2014
Brasil	14.764	16.555
Estados Unidos	89.428	93.429
Irlanda	92.132	122.426
Austrália	69.828	74.282
França	64.861	67.700
Japão	60.696	64.564
Grã-Bretanha	63.283	67.797
Coreia do Sul	58.745	62.142
China	15.373	22.800
Índia	8.327	8.200
USA/BRA	6,1	5,6
SEA/BRA	3,4	3,2

Fonte: FGV IBRE.

do PIB trimestral do estado, permitindo o alinhamento da metodologia usada pelo IBRE para o Brasil. Outra frente de trabalho da equipe de Silvia no Ceará foi a elaboração de uma ferramenta para avaliar em que medida o aumento dos anos de escolaridade da população cearense se reflete na evolução da produtividade. A pesquisadora explica que isso envolveu da compatibilização de dados da Pnad (encerrada pelo IBGE em 2015) com a Pnad Contínua – para a criação de uma série da população ocupada (PO) e da economicamente ativa (PEA) a partir dos 14 anos – à aplicação da metodologia e capacitação dos profissionais do Ipece. Em entrevista à *Conjuntura Econômica* à época do anúncio da parceria, Flavio Ataliba, então diretor do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), hoje secretário executivo da Secretaria de Planejamento cearense, avaliou esse trabalho como fundamental para que o estado pos-

sa coordenar os ganhos obtidos com programas voltados à melhora da qualidade do ensino – que o levou à maior evolução do Ideb para o ensino público fundamental do país – com o crescimento econômico do estado. “Tivemos uma década de melhorias; agora, precisamos entender qual resposta teremos da onda de jovens mais bem-qualificados que está às portas do mercado de trabalho”, declarou na ocasião.

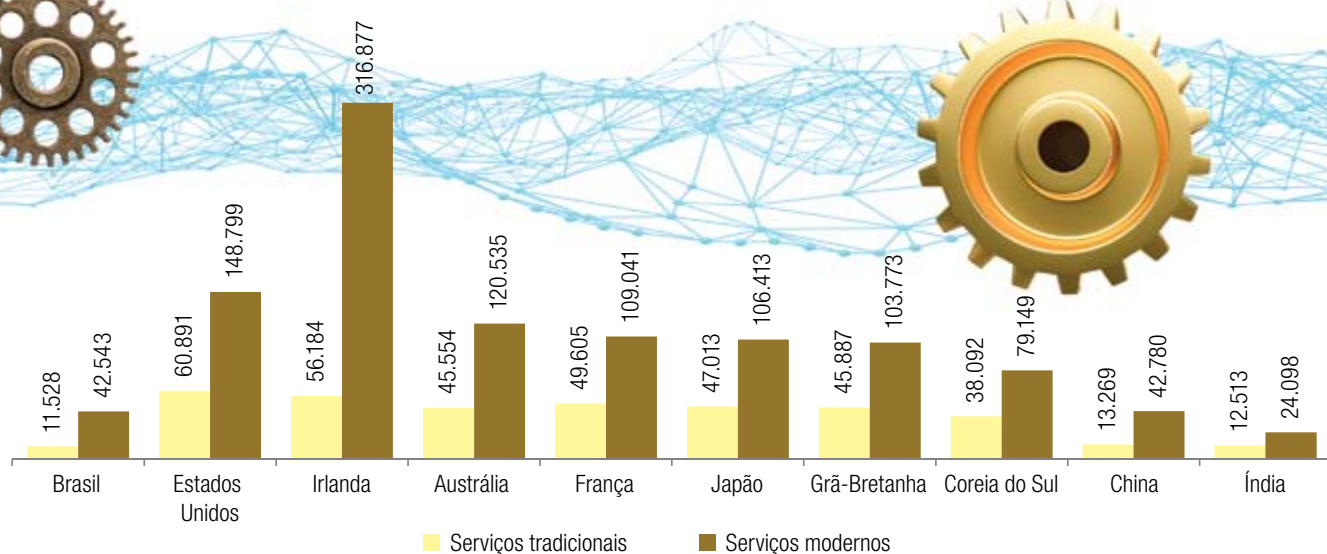
O hub da produtividade

Este ano, o passo largo dado pelos pesquisadores do FGV IBRE foi o lançamento do Indicador Trimestral de Produtividade. Para Silvia, um dos principais diferenciais de se ter um indicador de mais alta frequência é o de aproximar essa análise da evolução do ciclo econômico. “Quando vemos alguma recuperação da atividade acontecendo, a pergunta que fica é: será que

a produtividade também está retomando? Antes, com dados anuais, demorávamos mais para dar essa resposta”, diz, lembrando a lição do passado recente de, desacompanhado da produtividade, o crescimento perde qualidade e tem validade curta. “Além disso, pode-se acompanhar quais setores estão sofrendo mais dificuldades em retomar a produtividade, algo importante na hora de se tomar uma decisão de política econômica”, diz.

Outro elemento diferencial, destaca Veloso, é o apoio desse índice no campo da política monetária já que, em períodos de retomada de crescimento mais forte, se este não for acompanhado de ganhos de produtividade, a tendência é de que gere riscos inflacionários. “E, não menos importante, ter um índice trimestral é uma oportunidade de suscitar o debate de forma mais regular. Com um dado anual, fica difícil discutir produtividade regu-

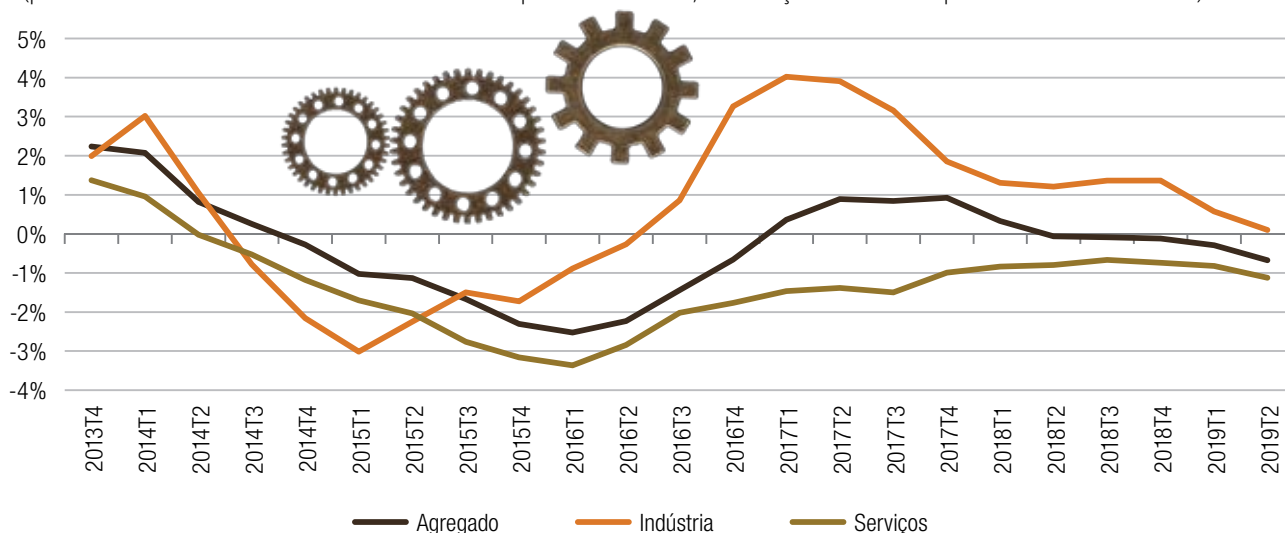
Produtividade de serviços modernos no Brasil é inferior à de serviços tradicionais em diversos países



Fonte: FGV IBRE.

Taxa de crescimento da produtividade agregada e setorial

(por hora trabalhada - em % e acumulado em quatro trimestres, em relação ao mesmo período do ano anterior) – Brasil



Fonte: FGV IBRE.

larmente. Agora temos ao menos quatro oportunidades ao ano para incentivar esse debate”, diz.

Essa reunião de dados aqui descrita, além de artigos, análises e outros materiais complementares, estará no Observatório da Produtividade, site que será lançado dia 4 de dezembro em Seminário do IBRE, em parceria com o jornal *O Estado de S. Paulo*. “Nosso objetivo é que o Observatório se transforme em um *hub* de produtividade. Que seja referência no Brasil, para estimular a pesquisa nesse setor”, diz, destacando a importância do financiamento garantido pela FGV para manutenção desse projeto.

Para tornar esse objetivo realidade, a equipe do FGV IBRE já tem elencadas as próximas pesquisas que abastecerão o site futuramente. “Para o próximo ano, nosso objetivo é desagregar ainda mais os dados para olhar a produtividade no nível das firmas”, diz Veloso. “Um dos destaques do livro *Anatomia da produtividade* foi o

levantamento feito por Fernando de Holanda Barbosa Filho (pesquisador licenciado do FGV IBRE) e Paulo Correa (Banco Mundial), mostrando a incidência muito acima da média mundial de empresas de baixíssima produtividade em todos os setores da economia brasileira. “A ideia é olhar a distribuição de produtividade nos mais diversos setores e ver como essa distribuição varia ao longo do tempo, analisar o impacto de eventuais reformas sobre essa distribuição, a partir de uma série histórica que possibilite a continuidade da avaliação”, diz.

Além disso, Silvia adianta que no início de 2020 o FGV IBRE também divulgará dados sobre produtividade total dos fatores (PTF), referente à eficiência do uso do trabalho e do capital na economia, especialmente relacionada ao uso de tecnologia nos processos produtivos. “Já tínhamos escrito vários trabalhos com dados anuais, comparando o Brasil com outros países, e documentando que nossa PTF é ainda pior do que da

produtividade do trabalho. Se de 1980 para cá a produtividade brasileira cresceu pouco, a PTF ficou estagnada ou caiu em vários períodos”, diz, indicando que esse resultado está diretamente relacionado com problemas de alocação de recursos. “Isso reforça nosso interesse em olhar a produtividade no nível da firma, porque assim se poderá identificar problemas como de má alocação, de políticas que estimulam alocação do capital em projetos que não terminam, ou de favorecimento de crédito a determinadas empresas menos produtivas”, exemplifica Veloso, destacando que a análise de produtividade não se limita a identificar problemas e soluções para o ambiente de negócios, como também tem relação direta com o debate fiscal. “Hoje vemos o anúncio de uma variedade de PECs focadas na avaliação do gasto público. E falar de produtividade também é avaliar como esse gasto contribui para o desenvolvimento”, conclui. ■

Produtividade e mercado de trabalho



Um dos elementos diretamente relacionados à produtividade que têm sido foco de estudos do FGV IBRE é o mercado de trabalho. No livro *Anatomia da produtividade no Brasil*, Bruno Ottoni, ex-pesquisador do IBRE, hoje do IDados, havia demonstrado que o aumento dos anos de estudo entre jovens brasileiros nas últimas décadas não se refletiu na produtividade do trabalho, apontando evidências de que a alocação desse pessoal mais escolarizado estava acontecendo em setores que oferecem baixo retorno à educação em termos de produtividade. “É um quadro que, infelizmente, não mudou de 2017 para cá. Ao contrário”, diz Ottoni, citando, além da lenta recuperação econômica no pós-recessão, o crescimento nos últimos anos da chamada *gig economy*, ou economia dos trabalhos pontuais, com a oferta de vagas sem vínculo empregatício em serviços vendidos por aplicativos. “Quando falamos de pessoas que começam a trabalhar como motorista de Uber, por exemplo, tanto faz se elas possuem ensino médio ou superior. Sua produtividade não vai aumentar por isso”, exemplifica.

Levantamento da equipe mercado de trabalho do FGV IBRE coordenada pela pesquisadora Laísa Rachter, que aproximou uma lupa no campo de atuação de aplicativos como o Uber,

ilustra essa tendência. Ele mostra que o número de pessoas que trabalham dentro da atividade de transporte rodoviário de passageiros no Brasil, que era estável entre 2012 e 2015 na Pnad Contínua, registrou aumento de 30% de lá para cá. O estudo também aponta uma queda da renda real média nessa ocupação de 6% do início da série histórica (março de 2012) até setembro deste ano – e, em contrapartida, um aumento da participação relativa das pessoas com ensino médio e superior dentro dessa atividade.

Esse exemplo, aponta Laísa, dá indícios de precarização do mercado de trabalho, ao que se soma o aumento da informalidade como um todo no país nos últimos anos: de 11% entre 2016 e setembro de 2019 – contando conta própria com e sem CNPJ e trabalhador do setor privado sem carteira assinada, excluindo serviço doméstico –, o que representa 41% da população ocupada, medida pela Pnad Contínua. No livro *Causas e consequências da informalidade no Brasil*, Fernando Velloso já indicava que a produtividade agregada do setor formal é cerca de 4 vezes superior ao do não formal, o que justifica a preocupação dessa tendência quando se busca uma economia mais produtiva.

Fernando de Holanda de Barbosa Filho, secretário de Políticas Públicas

(SPPE) para o Emprego do Ministério da Economia, pesquisador licenciado do FGV IBRE, ressalta que as reformas trabalhistas aprovadas até agora no Congresso, em especial a que permite a terceirização, são positivas para ampliar o trabalho formal, a especialização e, consequentemente, a produtividade. “Previamente a essa legislação, a única forma de ajuste na força de trabalho era a demissão. Agora você pode reduzir carga, salário, sem risco judicial, e isso faz com que a tendência do vínculo trabalhista nas empresas aumente”, afirma.

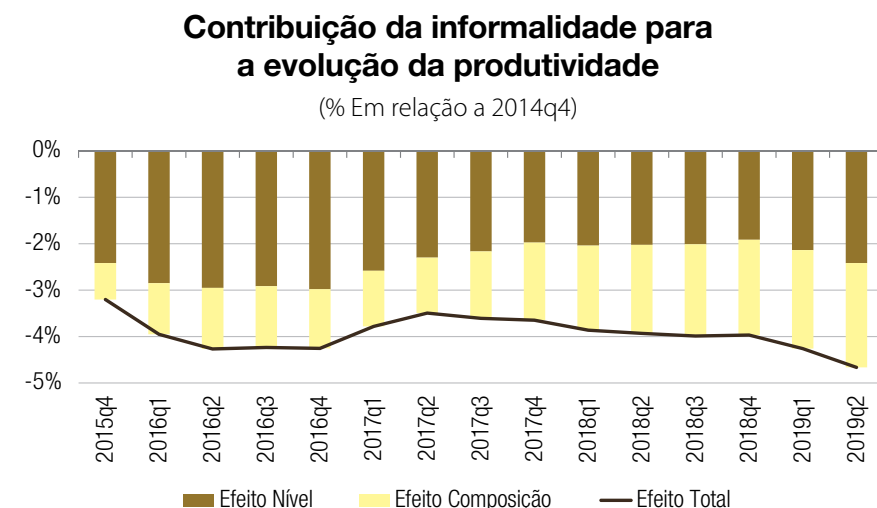
O secretário ressalta, entretanto, que o impacto dessas reformas só chegará à economia significativamente “quando esta voltar a operar na normalidade”. Ele afirma que as mudanças feitas até agora são servem para mitigar o atual quadro da informalidade porque não reduzem o custo relativo entre trabalho formal e informal. “Isso é o que o ministro Paulo Guedes está buscando agora ao defender medidas que permitam a

desoneração da folha, reduzindo esse custo relativo para gerar mais emprego”, diz. Tal iniciativa, entretanto, depende da geração de uma fonte de receita alternativa que compense a desoneração. A proposta apresentada pelo ministério este ano foi a criação de um imposto sobre transações financeiras, aos moldes da CPMF, que foi freado pelo presidente Bolsonaro. Na entrevista do mês desta edição, o diretor do Centro de Cidadania Fiscal Bernard Appy sugere um modelo de tributação de dividendos como alternativa para bancar parte dessa desoneração (ver pág. 12).

Otoni, por sua vez, lembra que as demais reformas voltadas à melhora do ambiente de negócios do país também fazem parte da agenda para se ampliar a oferta de empregos qualificados. “É fundamental que o país se torne mais atraente para grandes multinacionais, bem como para o surgimento de empresas brasileiras inovadoras e competitivas”, afirma. “E, claro, para fazer com que os jovens se sintam motivados a estudar”, completa, lembrando exemplos de estudantes que contraíram dívidas junto ao Fies para bancar seu curso universitário e logo se viram frustrados por não encontrar colocação no mercado de trabalho condizente com sua formação.

Capacitação técnica efetiva

Outra frente de preocupação que está no radar do Ministério da Economia, diz Barbosa Filho é a reformulação da política de qualificação profissional, em busca de um modelo fiscalmente mais enxuto e, principalmente, mais efetivo em atender às necessidades de capacitação do setor produtivo. “A experiência



em anos passados foi marcada pelo treinamento de pessoas em posições para as quais não havia demanda. Agora, nosso foco não é garantir diplomas, mas empregabilidade”, diz, incluindo nessa nova fase a preocupação com o desenvolvimento de capacidades socioemocionais, algo também exigido pelas empresas no geral das atividades.

A principal novidade da política elaborada pela SPPE – subordinada à Secretaria Especial de Produtividade Emprego e Competitividade (Sepec) – é o estabelecimento de contratos de desempenho entre o governo e as empresas ofertantes de cursos. Conforme edital lançado em outubro, as empresas deverão provar que os jovens que concluíram o curso conseguiram ser 8% mais bem-sucedidos na busca por trabalho (vaga com duração de quatro meses ou mais) do que um grupo de controle, no período de oito meses após a conclusão do curso. A primeira etapa do programa prevê a formação de 800 jovens desempregados de 18-29 anos, além da formação de um grupo de 1,2 mil pessoas do mesmo perfil

que não farão o curso, mas servirão como base de comparação. “Temos uma meta fixada no edital, mas gostaríamos de atingir ao menos 30% a mais de empregabilidade”, diz Barbosa Filho, lembrando que, quanto maior a empregabilidade comprovada, melhor será a remuneração da instituição de ensino.

Para o secretário, esse tipo de contrato deverá mudar sensivelmente a atual estrutura de operação dos cursos. “A empresa agora deverá se empenhar para adequar sua oferta de capacitação à demanda do mercado”, diz. Para essa primeira etapa do programa, o ministério tem destinada uma verba de R\$ 3,2 milhões. Além do contrato por desempenho, o governo possui outros dois instrumentos de gestão de programas de qualificação profissional, que são a contratação por *voucher* – quando a demanda chega diretamente da empresa à instituição de treinamento, que por sua vez pede reembolso ao governo – e a plataforma Supertech, já usada no Pronatec, com a qual o governo opera diretamente na captura pela demanda de treinamento. (S.M.).

Produtividade, tecnologia e crescimento



Se o problema da baixa produtividade é mais acentuado no Brasil do que em outras economias, incluindo as de nível de renda similar ao brasileiro, a questão do lento ritmo do crescimento da produtividade é mais ampla e aflige inclusive as economias mais produtivas. Mesmo nos países desenvolvidos que protagonizam a revolução digital, a produtividade tem se expandido morosamente, colaborando para um cenário de PIB baixo e taxas de juros perfurando o piso. Levantamento do Banco Mundial aponta que entre os países de alta renda (entendidos como os de renda *per capita* acima de US\$ 12.235, totalizando 80), o crescimento médio do PIB *per capita* caiu de 2,2% ao ano entre 1980-89 para 1,9% entre 1990 a 2007 e 1,4% entre 2010-18.

As tentativas de explicar esse cenário nas últimas décadas geraram distintas contribuições acadêmicas e

aquecidas controvérsias, como sintetizou José Julio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV IBRE, em capítulo do livro *Anatomia da produtividade no Brasil*. Nenhuma, entretanto, conseguiu esgotar o tema, de difícil compreensão, em que a velocidade de avanços tecnológicos como inteligência artificial e *machine learning*, que transformam sistemas produtivos e o mundo do trabalho, não contribui para impulsionar a produtividade e, consequentemente, o crescimento econômico.

“É indiscutível que o nível de bem-estar das pessoas hoje é maior, e que a tecnologia digital veio para facilitar e tornar muitas atividades mais produtivas. Mas o fato é que, a despeito do ritmo com que essa revolução caminha, as medidas clássicas de produtividade continuam não indicando

ganhos expressivos no mundo avançado, onde a tecnologia moderna se manifesta de modo mais intenso”, diz Senna. “Muita gente tem relutância em aceitar essa constatação porque percebe com clareza que os ganhos de bem-estar produzidos têm sido enormes. Mas não podemos fazer confusão entre ganhos de bem-estar e produtividade, pois esta ainda não tem acompanhado o ritmo das transformações que vemos”, reforça.

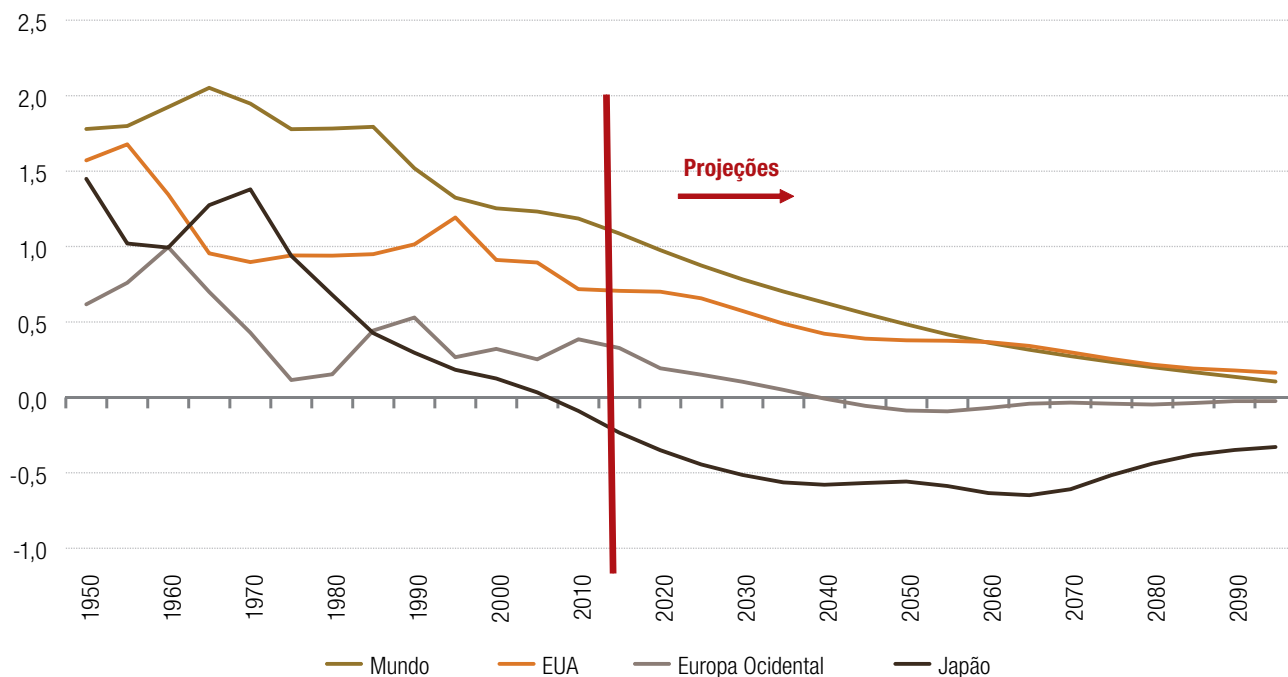
Senna ainda recorda que a desaceleração do crescimento populacional no mundo em geral, e mais especialmente nos países avançados, é outro ingrediente crítico que só tende a agravar a situação. Entre 1965 e 1970, de acordo às Nações Unidas, a população mundial crescia 2% ao ano; em 2015 esse percentual caiu para 1,08% – sendo que o Japão já registra crescimento

Evolução da produtividade do trabalho nas cinco maiores economias avançadas* (%)

	1951-1973	1974-1994	1995-2004	2005-2018	2011-2018
Estados Unidos	2,7	1,5	2,8	1,3	0,8
Japão	7,4	3,6	2,8	1,2	1,1
Alemanha	5,8	2,8	1,7	1,0	1,1
Reino Unido	3,3	2,4	2,2	0,5	0,4
França	5,5	2,8	1,8	0,7	0,8

*Produtividade = PIB por hora trabalhada (Y/H). Fonte: The Conference Board.

Crescimento populacional nas economias desenvolvidas



Fonte: United Nations World Population Prospects.

negativo desde 2010, e o mesmo deverá acontecer com a Europa a partir de 2040. “Com um volume menor de recursos humanos e a produtividade mais baixa do que no passado, é inevitável que o crescimento seja impactado. Esses são os dois principais elementos que ajudam a explicar o fenômeno que hoje intriga tanta gente e tem sido fonte de dor de cabeça para formuladores de política econômica”, diz.

Apesar de a produtividade ser um fenômeno que precisa ser observado pelo lado da oferta, Senna nota, entretanto, que esta também tem influenciado o ritmo de crescimento econômico pelo lado da demanda – fato que, combinado com o avanço tecnológico, é parte da explicação que tem se buscado. No livro, Senna já apontava três canais que justificariam essa tese. O primeiro é o aumento da desigualdade de renda e riqueza, com registros na literatu-

ra apontando à perda de capacidade redistributiva que essa nova etapa do desenvolvimento tecnológico trouxe. E que é ilustrada, por exemplo, pela tendência de queda da participação do trabalho no PIB do setor empresarial moderno. O segundo canal é a queda da propensão ao investimento produtivo, provocada pela percepção de um crescimento econômico potencial mais lento. “Como empresário, isso me faz imaginar que, se os núcleos das empresas fazem parte da renda nacional, e se a renda nacional deverá crescer mais lentamente, com a minha empresa deverá passar o mesmo, inibindo a expansão da demanda por investimentos”, diz. E o terceiro ponto é a redução de propensão ao gasto das famílias. “A decisão de consumo das famílias depende da perspectiva de renda permanente. Se o crescimento potencial previsto se mostra mais tímido, consequentemente a percepção

será de uma renda permanente menor, freando a intenção de consumir.”

Senna ressalta que os fatores inibidores da demanda não se esgotam nos exemplos citados, “ainda que estes tenham demonstrado uma grande força, trazendo como consequência um baixo ritmo de crescimento também para os preços”, completa, concluindo que, passados alguns anos da análise feita no livro, o mundo sob o ponto de vista dos países desenvolvidos continua sendo o de crescimento lento, inflação e juros baixos. “Esse fenômeno ainda é chamado por muitos de estagnação secular – expressão cunhada em 1930 por Alvin Hansen, mas não muito adequada para caracterizar o quadro atual, pois não estamos propriamente diante de estagnação e, apesar de ainda haver muitas perguntas a serem respondidas, acho que ninguém está pensando que este vai durar um século”, conclui. (S.M.).